

Folha Informativa SRAA

2024-07-15

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
Aviso n.º 35/2024	2024.07.15	Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial	Discussão Pública da proposta de alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Miguel (POOC São Miguel).



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2024</u>	2024.07.15	Presidência do Conselho de Ministros	Propõe ao Conselho da União Europeia um suplente do Comité das Regiões, para o quinquénio em curso (2020-2025).



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Diretiva (UE) 2024/1785</u>	2024.07.15	Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia	Altera a Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição), e a Diretiva 1999/31/CE do Conselho, relativa à deposição de resíduos em aterros.

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

- ❖ Marca Açores constitui ferramenta essencial na promoção dos produtos e serviços do arquipélago, realça António Ventura**
O Secretário Regional da Agricultura e Alimentação reiterou que a Marca Açores se “constitui como uma ferramenta essencial na promoção dos produtos e serviços do arquipélago”.
António Ventura falava em jeito de balanço final da ação de valorização dos produtos regionais da ilha de Santa Maria levada a cabo pelo Gabinete de Gestão e Promoção da Marca Açores, que decorreu entre os dias 8 e 12 de julho na ilha.
“A valorização da produção local, aliada a novas formas de trabalhar e apresentar os produtos constituíram o objetivo central do encontro entre chefes na ilha de Santa Maria, culminando com uma apresentação no restaurante Ponta Negra, o primeiro restaurante certificado com o selo Marca Açores naquela ilha”, referiu o governante.

Folha Informativa SRAA

2024-07-15

Durante cinco dias, os ‘chefs’ José Pereira (restaurante ÔTAKA em São Miguel), André Cruz (restaurante FEITORIA* Michelin, em Lisboa) e João Sá (restaurante SÁLA* Michelin, em Lisboa), estiveram em contacto com os 12 promotores Marca Açores daquela ilha, procurando aprofundar o seu conhecimento, bem como contribuir para a sua promoção e valorização, em especial fora do espaço arquipelágico.

Com esta iniciativa, a Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação, através do Gabinete de Gestão e Promoção da Marca Açores, e com o apoio da Visit Azores, para além do contacto privilegiado com os empresários de produtos alimentares e do ramo dos serviços de restauração, comércio e animação turística, “pretendeu criar um espaço de partilha de conhecimento e saberes entre a restauração local e os chefes convidados”, acrescentou António Ventura.

Atualmente, existem em Santa Maria 12 promotores, com um universo de 298 selos Marca Açores, designadamente a “Cagarrrita”; a “AçorCactus”; a “Agromariensecoop; Cooperativa de Artesanato de Santa Maria”; a “Mantamaria – Comércio Indústria e Turismo; a Outromundo – Atividades de animação turística e restauração”; a “Peixaria Filipe & Gorete”; o “Talhos Ilha do Sol”; a “Mascote Ilha Amarela”; o “Ângelo de Chaves Braga”, a ARCOA - Associação Regional de Criadores de Caprinos e Ovinos dos Açores” e o Restaurante Ponta Negra, o único restaurante da ilha com certificação Marca Açores.

Fonte - [Marca Açores constitui ferramenta essencial na promoção dos produtos e serviços do arquipélago, realça António Ventura - Comunicação - Portal \(azores.gov.pt\)](#)



República Portuguesa

Notícias

❖ GPP disponibiliza análise sobre o Comércio Internacional (maio 2024)

O Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) tem como um dos seus objetivos estratégicos o desenvolvimento de análises e metodologias de apoio à decisão política.

Neste âmbito, o GPP produz e disponibiliza com regularidade mensal, a análise dos dados divulgados pelo INE relativos ao Comércio Internacional de bens dos setores agroalimentar, da silvicultura e da indústria florestal e da pesca e aquicultura.

Os dados são apresentados segundo: as Contas Nacionais (CN) por ramos de atividade, a mesma nomenclatura utilizada para o apuramento de outras variáveis setoriais como o VAB, o rendimento ou a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF); a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), utilizada e destacada nas estimativas rápidas do INE para efeitos de comércio internacional; a Nomenclatura Combinada (NC), que permite uma desagregação destes dados por produto.

A informação - [Notas do Comércio Internacional](#) - está disponível no website do GPP nas [Estatísticas do Comércio Internacional](#).

Consulte aqui a análise do Comércio Internacional referente a maio - [Nota](#).

Fonte - [GPP disponibiliza análise sobre o Comércio Internacional \(maio 2024\) | Notícias](#)

❖ Esclarecimento Técnico Conjunto DGAV/DGAE n.º 1/2024 | Colocação no Mercado de Excrementos de Insetos de Criação (frass) como Fertilizante Orgânico e Corretivo Orgânico do Solo

A DGAV, em colaboração com a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), publicou o Esclarecimento Técnico Conjunto DGAV/DGAE n.º 1/2024 referente à Colocação no Mercado de Excrementos de Insetos de Criação (frass) como Fertilizante Orgânico e Corretivo Orgânico do Solo (FOCOS).

O presente esclarecimento técnico visa informar os operadores económicos dos requisitos legais aplicáveis à colocação no mercado de excrementos de insetos de criação como FOCOS.

Consulte o [Esclarecimento Técnico Conjunto DGAV/DGAE n.º 1/2024](#)

Para mais informação consulte, neste portal, a página [Unidade Fertilizantes Orgânicos](#).

Folha Informativa SRAA

2024-07-15

Notícias

Fonte - [Esclarecimento Técnico Conjunto DGAV/DGAE n.º 1/2024 | Colocação no Mercado de Excrementos de Insetos de Criação \(frass\) como Fertilizante Orgânico e Corretivo Orgânico do Solo – DGAV](#)

Eventos

❖ Webinar sobre Incubação de Empresas em Meio Rural – 16 de julho

No dia 16 de julho, às 9h30, será realizado um webinar com duração de uma hora, focado na incubação de empresas em áreas rurais de Portugal. O evento contará com a participação de dois especialistas na área, Joaquim Macedo de Sousa e Jorge Miranda, que discutirão os desafios, oportunidades e impactos dessas iniciativas.

O webinar é parte do Projeto INCOMUN - INovação e CONhecimento no MUNdo rural, que procura analisar os territórios e testar formas de transferência de conhecimento para as áreas rurais. O projeto é desenvolvido por várias associações e conta com o apoio do PDR 2020.

Para participar, basta aceder ao link disponibilizado no dia e horário do evento - [aqui](#)

Fonte - [Rede Rural Nacional - Webinar sobre Incubação de Empresas em Meio Rural](#)

❖ V Feira do Biológico & da Natureza - Aldeia Bio em Vila Maior – 20 e 21 de julho

A quinta edição da Aldeia Bio, Feira do Biológico e da Natureza, está marcada para os dias 20 e 21 de julho de 2024. Este evento anual, que celebra a sustentabilidade e a natureza, vai decorrer no Parque Desportivo e Recreativo da Belavista, em Vila Maior, concelho de São Pedro do Sul.

A feira vai contar com uma variedade de produtos biológicos e naturais, artesanato local, gastronomia tradicional, animação cultural, tasquinhas, percursos pedestres e passeio de BTT. É uma oportunidade única para os visitantes experimentarem o melhor que a região tem para oferecer, enquanto apreciam a beleza natural de Vila Maior.

Mais informações sobre o evento - [aqui](#)

Fonte - [Rede Rural Nacional - V Feira do Biológico & da Natureza - Aldeia Bio em Vila Maior](#)



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

❖ Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente aos seguintes [PROJETOS DE ATOS](#):

ATENÇÃO: O PERÍODO PARA A APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA NO PRÓXIMO DIA 16 DE JULHO

✓ **Título: Produtos biológicos e em conversão de alto risco — controlos de importação e amostragem (alteração)**

Sumário: Esta iniciativa tem por objetivo:

- suprimir o requisito de controlos de identidade e físicos e de amostragem aplicável a 100 % das remessas de produtos biológicos e em conversão de alto risco importados para a UE;
- introduzir flexibilidade quanto à percentagem de remessas de produtos de alto risco sujeitos a controlos físicos e amostragem.

Período para comentários: 18 de junho de 2024 até 16 de julho de 2023

Link: [Produtos biológicos e em conversão de alto risco — controlos de importação e amostragem \(alteração\) \(europa.eu\)](#)

Folha Informativa SRAA

2024-07-15



Notícias do Parlamento Europeu

❖ O ambiente e a política agrícola comum

A política agrícola comum (PAC) da UE tem, ao longo de várias décadas e através de sucessivas reformas, dedicado uma atenção crescente ao ambiente. Isto levou a que a atual PAC tenha uma "arquitetura verde", que inclui tanto elementos obrigatórios - aos quais os agricultores devem aderir em troca de um montante total de pagamentos diretos - como elementos voluntários - que proporcionam pagamentos adicionais aos agricultores que adotem práticas agrícolas que vão além dos requisitos básicos. Os requisitos obrigatórios, também designados por "condicionalidade", incluem requisitos legais de gestão estabelecidos em diferentes atos legislativos no domínio do ambiente, mas integrados na PAC. Incluem também normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA) que, por exemplo, exigem a rotação ou diversificação das culturas, a criação de faixas de proteção ao longo de rios e lagos ou uma cobertura mínima do solo no inverno. As BCAA estiveram no centro dos protestos dos agricultores em vários Estados-Membros em 2024 e foram recentemente alteradas, reduzindo a sua ambição. Os elementos voluntários incluem os regimes ecológicos: uma novidade importante da atual PAC. Estes regimes oferecem aos agricultores um complemento aos pagamentos diretos se adotarem práticas adicionais respeitadoras do ambiente. A escolha das práticas depende dos Estados-Membros, que dispõem de uma grande flexibilidade na sua conceção. Consequentemente, existem mais de 150 regimes ecológicos em toda a UE, sendo os mais populares os relativos à conservação dos solos e à biodiversidade.

O segundo elemento voluntário inclui os regimes agroambientais de desenvolvimento rural, as medidas ambientais mais antigas da PAC. Também concebidos pelos Estados-Membros, compensam os agricultores pela perda de custos e de rendimentos em resultado da adoção de práticas respeitadoras do ambiente, da continuação da atividade agrícola em zonas onde a agricultura é difícil e de restrições nas zonas Natura 2000. Os elementos voluntários incluem também investimentos ecológicos. Vários estudos alertam para o facto de os Estados-Membros não terem sido ambiciosos na aplicação das medidas ambientais da PAC. Afirma-se que os Estados utilizaram a flexibilidade que lhes foi concedida para definir os requisitos exatos e as medidas voluntárias de uma forma que não conduziu a mudanças significativas no terreno. Encontrar formas de motivar os agricultores a adotarem práticas que beneficiem verdadeiramente o ambiente, assegurando simultaneamente a sua sustentabilidade económica, continua a ser um desafio importante para as negociações sobre a PAC pós-2027, especialmente no contexto do descontentamento generalizado dos agricultores.

[O ambiente e a política agrícola comum](#)

Fonte - [Environment and the common agricultural policy](#) | Think Tank | Parlamento Europeu ([europa.eu](#))